

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 16 de fevereiro de 2026

III
Série

Número 31

Suplemento

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA

Despacho n.º 91/2026

Designa a licenciada em Direito, Vanessa Carolina de Andrade de Sousa, Técnica Superior, da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas para o cargo de Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Formação, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Despacho n.º 92/2026

Designa a licenciada em Biologia, Dília Maria de Góis Gouveia Menezes, Técnica Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretora de Serviços de Conservação da Natureza, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Despacho n.º 93/2026

Designa o licenciado em Biologia, Celso Orlando Neves Figueira, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretor do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Despacho n.º 94/2026

Designa o licenciado em Direito, Duarte Filipe Silva Rodrigues, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretor do Gabinete Jurídico, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

Despacho n.º 95/2026

Dissolução da Associação de Jovens Empreendedores do Atlântico.

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA**Despacho n.º 91/2026****Sumário:**

Designa a licenciada em Direito, Vanessa Carolina de Andrade de Sousa, Técnica Superior, da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas para o cargo de Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Formação, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Texto:

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2025/M, de 29 de dezembro, aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (adiante também designada por SRTAC);

Considerando que, nos termos do artigo 8.º do referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM integra a administração indireta da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura;

Considerando que o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tem por missão promover a conservação da natureza, o ordenamento e a gestão sustentável da bio e geodiversidade, da paisagem e da floresta, bem como dos recursos a ela associados e ainda a gestão das áreas protegidas, nos termos do artigo 18.º referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, bem como do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/M, de 13 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 42/2016/M, de 29 de dezembro, 3/2018/M, de 12 de janeiro, 2/2025/M, de 2 de julho, 8/2025/M, de 30 de dezembro;

Considerando que a Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 4, de 8 de janeiro, aprovou os estatutos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, e revogou a Portaria n.º 294/2016, de 11 de agosto;

Considerando que através da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, foi criada a Direção de Serviços de Recursos Humanos e Formação, como unidade nuclear do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;

Considerando que as competências da Direção de Serviços de Recursos Humanos e Formação, se encontram previstas no artigo 15.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro;

Considerando que, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, a Direção de Serviços de Recursos Humanos e Formação, é dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia de 1.º grau;

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Recursos Humanos e Formação, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, se encontra vago e nunca foi provido;

Considerando que é imprescindível garantir a gestão e a coordenação da Direção de Serviços de Recursos Humanos e Formação, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tornando-se necessário prover o respetivo titular;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, nos casos de criação de serviços, o primeiro provimento dos cargos de direção intermédia pode ser feito por escolha, de entre trabalhadores em funções públicas que reúnem os requisitos previstos no n.º 1 desse artigo, em regime de comissão de serviço, por um ano;

Considerando que, nos termos do n.º 11 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, o provimento nos cargos de direção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Considerando que a licenciada em Direito, Vanessa Carolina de Andrade de Sousa, Técnica Superior da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, trabalhadora em funções públicas contratada por tempo indeterminado, tem competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, tem seis anos de experiência profissional no desempenho de funções para cujo exercício ou provimento é exigível uma licenciatura, reunindo, por isso, todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, na redação em vigor;

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho;

DETERMINO:

- 1 - Designar, em regime de comissão de serviço, por um ano, para o cargo de Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Formação, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 15.º da Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, lugar vago e nunca provido, a licenciada em Direito, Vanessa Carolina de Andrade de Sousa, Técnica Superior, da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.
- 2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de março de 2026, inclusive.
- 3 - A nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Os encargos inerentes à presente designação encontram-se assegurados na Secretaria 43; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas: 01.01.03.A0; 01.01.11.A0; 01.01.13.A0; 01.02.14.B0; 01.01.14.SF.A0; 01.01.14.SN.A0 e 01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, aos 30 de janeiro de 2026.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

ANEXO

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Vanessa Carolina de Andrade de Sousa

Data de nascimento: 17/02/1989

Habilidades académicas:

- Licenciatura em Direito, na Universidad Arturo Michelena (Venezuela) com conclusão a 27 de junho de 2012;
- Equivalência ao grau de licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a 7 de dezembro de 2016.

Experiência profissional:

- Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Pescas, desde 14 de abril de 2025 até 30 de janeiro de 2026;
- Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente desde 8 de outubro de 2024 até 14 de abril de 2025;
- Técnica Superior, integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente, afeta ao Gabinete do Secretário Regional, a exercer funções no Gabinete de Recursos Humanos (Direção de Serviços de Recursos Humanos), desde 1 de setembro de 2020 até 7 de outubro de 2024.
- Estágio no Gabinete Jurídico do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM desde dezembro de 2017 até agosto de 2018.

Formação profissional com relevância para as funções a desempenhar:

- Curso de Formação Profissional “Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da RAM”, no total de 28 horas;
- Curso de Formação Profissional “O RGPD na Administração Pública”, no total de 14 horas;
- Curso de Formação Profissional “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, no total de 21 horas;
- Curso de Formação Profissional “Contratação Pública: Formação de Contratos”, no total de 28 horas;
- Ciclo de Palestras “Proteção de Dados e Segurança da informação”, no total de 14 horas;
- Auditora do 5.º Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) pelo Instituto da Defesa Nacional 2018/2019 - Fomentar o pensamento estratégico a nível regional dos domínios relacionados com a segurança e defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes.

Despacho n.º 92/2026

Sumário:

Designa a licenciada em Biologia, Dília Maria de Góis Gouveia Menezes, Técnica Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretora de Serviços de Conservação da Natureza, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Texto:

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2025/M, de 29 de dezembro, aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (adiante também designada por SRTAC);

Considerando que, nos termos do artigo 8.º do referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM integra a administração indireta da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura;

Considerando que o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tem por missão promover a conservação da natureza, o ordenamento e a gestão sustentável da bio e geodiversidade, da paisagem e da floresta, bem como dos recursos a ela associados e ainda a gestão das áreas protegidas, nos termos do artigo 18.º referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, bem como do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/M, de 13 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 42/2016/M, de 29 de dezembro, 3/2018/M, de 12 de janeiro, 2/2025/M, de 2 de julho, 8/2025/M, de 30 de dezembro;

Considerando que a Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 4, de 8 de janeiro, aprovou os estatutos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, e revogou a Portaria n.º 294/2016, de 11 de agosto;

Considerando que através da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, foi criada a Direção de Serviços de Conservação da Natureza, como unidade nuclear do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;

Considerando que as competências da Direção de Serviços de Conservação da Natureza, se encontram previstas no artigo 22.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro;

Considerando que, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, a Direção de Serviços de Conservação da Natureza, é dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia de 1.º grau;

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Conservação da Natureza, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, se encontra vago e nunca foi provido;

Considerando que é imprescindível garantir a gestão e a coordenação da Direção de Serviços de Conservação da Natureza, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tornando-se necessário prover o respetivo titular;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, nos casos de criação de serviços, o primeiro provimento dos cargos de direção intermédia pode ser feito por escolha, de entre trabalhadores em funções públicas que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 desse artigo, em regime de comissão de serviço, por um ano;

Considerando que, nos termos do n.º 11 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, o provimento nos cargos de direção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Considerando que a licenciada em Biologia, Dília Maria de Góis Gouveia Menezes, Técnica Superior do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, trabalhadora em funções públicas contratada por tempo indeterminado, tem competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, tem seis anos de experiência profissional no desempenho de funções para cujo exercício ou provimento é exigível uma licenciatura, reunindo, por isso, todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, na redação em vigor.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho;

DETERMINO:

- 1 - Designar, em regime de comissão de serviço, por um ano, para o cargo de Diretora de Serviços de Conservação da Natureza, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 15.º da Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, lugar vago e nunca provido, a licenciada em Biologia, Dília Maria de Góis Gouveia Menezes, Técnica Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.
- 2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2026, inclusive.
- 3 - A nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Os encargos inerentes à presente designação encontram-se assegurados na Secretaria 43; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas: 01.01.03.A0; 01.01.11.A0; 01.01.13.A0; 01.02.14.B0; 01.01.14.SF.A0; 01.01.14.SN.A0 e 01.03.05.A0.A0.

Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, aos 30 de janeiro de 2026.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

ANEXO

Nota Curricular

Nome: Dília Maria de Góis Gouveia de Menezes
Data de Nascimento: 08.04.1973

Formação académica:

- (1997) Licenciatura em Biologia - ramo científico - Universidade da Madeira. Tese de licenciatura sobre a ecologia do Pombo trocaz Columba trocaz (19 valores);
- (1996-1999) Bolsa de iniciação à Investigação Científica (BIC) na Universidade da Madeira - Projeto PRAXIS;
- (1998) Formação extracurricular no âmbito do estudo da entomofauna madeirense- Universidade de Santiago de Compostela, Espanha e Universidade de Coimbra.

Formação específica:

No contexto da formação específica relevantes para o exercício de funções públicas destaca-se:

- (2010/2011) - Programa de Formação em Gestão Pública dirigido a dirigentes de grau intermédio (FORGEPE) - - Direção Geral da qualificação dos trabalhadores em funções públicas;
- (2011) - Curso de Formação Profissional: Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- (1999) - Curso de FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE FORMADORES (1999).

Atividade profissional:

A atividade profissional mais relevante foi desenvolvida enquanto quadro do Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM), até 2016, e do IFCN, IP-RAM até à data:

- (1999-2001) Assistente Convidada na Universidade da Madeira;
- (1999-2001) Docente contratada na Secretaria Regional da Educação;
- (2001-2008) Técnica Superior no SPNM;
- (2008-2016) Chefe de Divisão de Conservação da Natureza no SPNM;
- (2010 -2016) Chefe de Divisão e assume as funções de sub-diretora - substitui o diretor nas suas ausências ou impedimentos;
- (Desde 2016 - atual.) - Chefe de Divisão de Gestão e Valorização de Áreas Classificadas (DGVAC) do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM (IFCN, IP-RAM).

Funções e atribuições:

- As funções e atribuições enquanto Chefe de Divisão de Conservação da Natureza do SPNM, entidade com autonomia administrativa e financeira, são aquelas referenciadas no Decreto Regulamentar Regional 13/93/M. As funções e atribuições enquanto Chefe de Divisão da DGVAC do IFCN são aquelas referenciadas na Deliberação n.º 8/2017 publicada em JORAM de 20 de março de 2017. Atualmente as funções são as referenciadas na Portaria n.ºs6/2026 que Aprova os estatutos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM de 8 de janeiro de 2026.

Grupos de trabalho:

Participou/participa em alguns grupos de trabalho, dos quais se destacam os seguintes, selecionados pela diversidade das temáticas abordadas:

- (2003-2005) Membro da equipa responsável pela elaboração do Livro Vermelho da IUCN dos Vertebrados de Portugal;
- (2017-2018) Membro do Grupo de Trabalho para as Áreas Marinhais Protegidas;
- Participação na criação e realização dos instrumentos de gestão/legislação de Áreas Protegidas marinhas;
- Participação nos grupos de trabalho para a melhoria das condições e promoção de atividades lúdico-desportivas e do turismo de natureza em terra e no mar;
- Participação no grupo de trabalho para a implementação do Portal Simplifica na área das atividades sob gestão do IFCN;
- Representante no OSPAR Convention for the Protection of the Marine Environment of the North-East Atlantic. experts of JWGBIRD;
- Representante no Grupo de trabalho Aves Marinhais, Propostas de Monitorização GT Biodiversidade, subgrupo Aves Marinhais, no Relatório da DQEM - Em curso;
- Responsável pelo Grupo de trabalho - GT Pterodromas do Arquipélago da Madeira. Em curso;
- NCP - Ponto focal Nacional para o Programa Life;
- Integra as várias comissões Consultivas para a gestão das Áreas Protegidas;
- 2023 - Integrou a equipa de coordenação da Expedição Selvagens 50 Anos e participou como especialista na monitorização das áreas da Flora e fauna terrestre;
- Representante suplente no Grupo de trabalho (GT) multidisciplinar - Plano de Ação para o monitorização e mitigação do impacto do Sargaço flutuante na RAM.

Intervenção como coordenadora estratégico em projetos operacionais de conservação/investigação: Participação em mais de 15 projetos com duração superior a 3 anos e com financiamento externo, dos quais se destacam os seguintes.

- (2001-2006) Projeto Life para a Conservação da Freira da Madeira através da recuperação do seu habitat (Galardoado com o Best Life Project Prize in 2006);
- (2002-2005) Restauração dos habitats terrestres da Selvagem Grande (300ha) através da remoção dos murganhos e coelhos;
- (2006-2010) Projeto Life para a Conservação da Freira do Bugio através da recuperação do seu habitat (Galardoado com o Best Life Project Prize in 2010);
- (2010-2015) Projeto Life LIPS - Rede de Áreas Marinhais do Porto Santo;
- (2010-2015) Projeto Life de comunicação - Life Eco-compatível;
- (2013-2019) Projeto Life Recover Natura - Ponta de São Lourenço e Ilhas Desertas;
- (2014-2021) Projeto Life Madeira Monk Seal - Conservação do lobo-marinho na Madeira e desenvolvimento de um sistema de vigilância do seu estado de conservação. LIFE13 NAT/ES/000974;
- (2017-2020) Projeto Interreg - LUMINAVES - Poluição luminosa e conservação nos arquipélagos da Macaronésia: redução dos efeitos nocivos da luz artificial sobre as populações de aves marinhas;
- (2021-2028) Projeto Life Pterodromas4future - Improving the conservation status of two Pterodroma petrels endemic to the Madeira archipelago. LIFE20 NAT/PT/001277;
- (2021-2025) Projeto Life Natura@night - Reducing and mitigation Light pollution impact in Natura 2000 areas in Macaronesia. LIFE20 NAT/PT/001098;
- (2020-2026) Projeto VECLAM - financiado pela Fundação Monk Seal Alliance, Príncipe Alberto do Mónaco;
- (2023-2025) - Projeto Fundo Ambiental - Melhoria da capacidade de gestão de espécies e habitats com elevado valor nas Ilhas Selvagens e Desertas;
- (2021) Responsável pela implementação do Centro de Recuperação de Aves Selvagens (CRAS) do IFCN, tendo a seu cargo a gestão do mesmo.

Consultoria e/ou coordenação de campo em projetos específicos de conservação/investigação: Participação como consultora e/ou coordenadora em vários projetos dos quais se destaca os seguintes:

- (2001- atualidade) Coordena vários projetos de recuperação de espécies prioritárias, sendo responsável, entre outros, pelo Programa de Conservação das Pterodromas do Arquipélago da Madeira;
- (2008) participou no trabalho científico desenvolvido na expedição a Cabo Verde para avaliar o estado de conservação da espécie Pterodroma feae e para determinar o seu estatuto taxonómico em relação à Pterodroma deserta, no que resultou a separação das duas espécies;
- (2005-2010) Consultora no projeto life Ilhas Santuário para Aves Marinhais no Corvo- Açores, SPEA;
- (2017-2021) Consultora científica do projeto Ocean Tree da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- (2005-2025) - tem participado em vários projetos, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, decorridos na RAM, em parceria com várias instituições como: Instituto Superior Psicologia Aplicada, Faculdade de ciências da Universidade de Lisboa, Museu Nacional de História Natural e Ciências, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, CSIC, Espanha, entre outros.

Indicadores de sucesso institucional: O trabalho desenvolvido pelo SPNM/IFCN tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional:

- Prémio Best of Best Life Project de 2006 pelos resultados do projeto Life Freira da Madeira;
- Prémio Best Life Project de 2010 pelos resultados do projeto Life SOS Freira do Bugio;
- Prémio BES Biodiversity pelos resultados do *Monk seal conservation project* (75.000 Euros);
- Prémio Lide Preservar o Mar pelo trabalho desenvolvido nas Áreas Marinhas Protegidas da RAM;
- Alto patrocínio do Presidente da República para o Projeto Life Eco compatível;
- Diploma Europeu do Conselho da Europa para as áreas Protegidas atribuído à Reserva Natural das Ilhas Desertas;
- Renovação por 10 anos do Diploma Europeu do Conselho da Europa para as Áreas Protegidas atribuído às Ilhas Selvagens;
- Renovação por 10 anos do Diploma Europeu do Conselho da Europa para as Áreas Protegidas atribuído às Ilhas Desertas;
- Reserva Natural das Ilhas Selvagens integradas no programa *Global Ocean Refuge, do Marine Conservation Institute*;
- Ampliação da área no take das Ilhas Selvagens.

Outros aspectos académicos/técnicos:

- Artigos em jornais científicos e livros (autor, co-autor e capítulos): Autor ou co-autor em mais de 10 livros ou capítulos de caráter técnico e em mais de 30 artigos científicos publicados, maioritariamente, em revistas indexadas nacionais e internacionais;
- Participação técnico-científica em mais de 35 eventos públicos, nomeadamente workshops, congressos, seminários e conferências nacionais e internacionais, como autora palestrante e coautora de vários trabalhos.

Despacho n.º 93/2026

Sumário:

Designa o licenciado em Biologia, Celso Orlando Neves Figueira, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretor do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Texto:

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2025/M, de 29 de dezembro, aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (adiante também designada por SRTAC);

Considerando que, nos termos do artigo 8.º do referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM integra a administração indireta da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura;

Considerando que o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tem por missão promover a conservação da natureza, o ordenamento e a gestão sustentável da bio e geodiversidade, da paisagem e da floresta, bem como dos recursos a ela associados e ainda a gestão das áreas protegidas, nos termos do artigo 18.º referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, bem como do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/M, de 13 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 42/2016/M, de 29 de dezembro, 3/2018/M, de 12 de janeiro, 2/2025/M, de 2 de julho, 8/2025/M, de 30 de dezembro;

Considerando que a Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 4, de 8 de janeiro, aprovou os estatutos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, e revogou a Portaria n.º 294/2016, de 11 de agosto;

Considerando que através da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, foi criada o Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, como unidade orgânica do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;

Considerando que as competências do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, se encontram previstas no artigo 8.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro;

Considerando que, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, o Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, é dirigido por um diretor, cargo de direção intermédia de 2.º grau;

Considerando que o lugar de Diretor do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, se encontra vago e nunca foi provido;

Considerando que é imprescindível garantir a gestão e a coordenação do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tornando-se necessário prover o respetivo titular.

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, nos casos de criação de serviços, o primeiro provimento dos cargos de direção intermédia pode ser feito por escolha, de entre trabalhadores em funções públicas que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 desse artigo, em regime de comissão de serviço, por um ano;

Considerando que, nos termos do n.º 11 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, o provimento nos cargos de direção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Considerando que o licenciado em Biologia, Celso Orlando Neves Figueira, Técnico Superior do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, trabalhador em funções públicas contratado por tempo indeterminado, tem competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, tem mais de quatro anos de experiência profissional no desempenho de funções para cujo exercício ou provimento é exigível uma licenciatura, reunindo, por isso, todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, na redação em vigor.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho;

DETERMINO:

- 1 - Designar, em regime de comissão de serviço, por um ano, para o cargo de Diretor do Gabinete de Gestão Administrativa e Assessoria, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º e no artigo 8.º da Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, lugar vago e nunca provido, o licenciado em Biologia, Celso Orlando Neves Figueira, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.
- 2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2026, inclusive.
- 3 - A nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Os encargos inerentes à presente designação encontram-se assegurados na Secretaria 43; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas: 01.01.03.A0; 01.01.11.A0; 01.01.13.A0; 01.02.14.B0; 01.01.14.SF.A0; 01.01.14.SN.A0 e 01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, aos 30 de janeiro de 2026.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

ANEXO

Nota Curricular

Dados Biográficos

Nome: Celso Orlando Neves Figueira

Nacionalidade: Portuguesa

Habilidades Académicas:

- 2009 - Mestrado (Pré-Bolonha) em Ecologia da Paisagem e Conservação da Natureza pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 2009, com classificação Final de Muito Bom;
- 2005 - Licenciatura (Pré-Bolonha) em Biologia - Ramo Científico pela Universidade da Madeira, com classificação final de 14 valores.

Experiência Profissional:

- 2020-Atualmente - Técnico Superior do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM onde assegura funções de assessoria, apoio técnico e institucional ao Conselho Diretivo, colabora no atendimento ao público, participa na comunicação e organização de eventos e na preparação e acompanhamento de projetos e candidaturas a fundos europeus;
- 2021-2023 -Adjunto do Gabinete da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (XIII Governo Regional da Madeira), onde desempenhou funções transversais de assessoria e apoio à decisão política, análise técnico-científica, articulação institucional e acompanhamento de dossiers estratégicos, colaborando na ligação entre a orientação política, a estrutura administrativa e a implementação das políticas públicas nas áreas do ambiente, ordenamento do território, adaptação às alterações climáticas, florestas e conservação da natureza;
- 2015-2019 -Adjunto do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (XII Governo Regional da Madeira), onde desempenhou funções transversais de assessoria e apoio à decisão política, análise técnico-científica, articulação institucional e acompanhamento de dossiers estratégicos, colaborando na ligação entre a orientação política, a estrutura administrativa e a implementação das políticas públicas nas áreas do ambiente e alterações climáticas, gestão da água, ordenamento do território, florestas e conservação da natureza;
- 2014-2015 - Bolseiro de Investigação da Universidade da Madeira no projeto “Cartografia Geológica da Madeira”;
- 2013-2014 - Prestação de serviços técnico-científicos à ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A.;
- 2012 - Colaborador na Universidade da Madeira no projeto “Estudo hidrogeológico da captação de água subterrânea no Hotel Pestana Porto Santo”;
- 2011-2013 - Bolseiro de Investigação da Universidade da Madeira no projeto comunitário “CARMAC - Melhoria da Qualidade das Águas Balneares e Costeiras da Macaronésia”;
- 2010 - Docente do Grupo 520 - Biologia e Geologia na Escola Secundária Jaime Moniz;
- 2010 - Colaborador na Universidade da Madeira no projeto “EARAM - Estudo de Avaliação do Risco de Aluviões na Madeira”;
- 2009-2010 - Bolseiro de Investigação da Universidade da Madeira no projeto comunitário “CARMAC - Melhoria da Qualidade das Águas Balneares e Costeiras da Macaronésia”;
- 2007-2009 Consultor técnico na área da Higiene e Segurança Alimentar na empresa de consultoria e certificação SGS - Portugal, S.A.;

- 2006 - Bolsheiro de Investigação da Universidade da Madeira no projeto comunitário “AQUAMAC II - Técnicas e metodologias para a gestão sustentável da água na Macaronésia”;
- 2004-2005 - Bolsheiro de Investigação da Universidade da Madeira no projeto comunitário “AQUAMAC - Técnicas e metodologias para a gestão sustentável da água na Macaronésia”.

Formação:

- Curso “"ReCAP: Orientação para o Serviço Público - Técnico Superior" (7 horas);
- Curso "ReCAP: Orientação para a Mudança e Inovação - Técnico Superior" (7 horas);
- Curso “"ReCAP: Orientação para os Resultados - Técnico Superior" (7 horas);
- Curso “"RECAP: Orientação para a Segurança - Curso Geral" (7 horas);
- Curso "ReCAP: Comunicação - Curso Geral" (7 horas);
- Curso "ReCAP: Análise Crítica e Resolução de Problemas - Curso Geral" (7 horas);
- Curso “RECAP: Organização, Planeamento e Gestão de Projetos - Curso Geral (7 horas);
- Curso “ReCAP: Coordenação de Equipas - Curso Geral” (7 horas);
- Curso “Portal Base - Contratos Públicos Online” (5 horas);
- Curso de Preparação, Elaboração e Execução do Orçamento (18 horas);
- Curso Intensivo de Segurança e Defesa, IV CISEDE Madeira - Instituto de Defesa Nacional;
- Curso de Formação Pedagógica Contínua de Formadores - Gestão de Conflitos (30 horas);
- Curso de Auditorias Internas ISO 9001:2008 de Acordo com o Referencial ISO 19011:2002 (40 horas);
- Curso de Higiene e Segurança no Trabalho para Empregador ou Trabalhador Designado (36 horas);
- Curso de Metodologias de Formação em Contexto de Trabalho (69 horas);
- Curso de Implementação de Sistemas HACCP (16 horas);
- Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (90 horas);
- Curso de Técnicas de Cultura in Vitro (31 horas);
- Curso de Gestão de Ambiente (35 horas).

Outros:

- Autor e coautor de diversos capítulos de livros, comunicações em congressos e artigos científicos em revistas internacionais de especialidade nas áreas do Ambiente, Qualidade Ambiental, Recursos Hídricos e Hidrologia.

Despacho n.º 94/2026

Sumário:

Designa o licenciado em Direito, Duarte Filipe Silva Rodrigues, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM para o cargo de Diretor do Gabinete Jurídico, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, em regime de comissão de serviço, por um ano.

Texto:

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2025/M, de 29 de dezembro, aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (adiante também designada por SRTAC);

Considerando que, nos termos do artigo 8.º do referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM integra a administração indireta da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura;

Considerando que o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tem por missão promover a conservação da natureza, o ordenamento e a gestão sustentável da bio e geodiversidade, da paisagem e da floresta, bem como dos recursos a ela associados e ainda a gestão das áreas protegidas, nos termos do artigo 18.º referido Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/M, de 1 de agosto, na redação em vigor, bem como do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/M, de 13 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 42/2016/M, de 29 de dezembro, 3/2018/M, de 12 de janeiro, 2/2025/M, de 2 de julho, 8/2025/M, de 30 de dezembro;

Considerando que a Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 4, de 8 de janeiro, aprovou os estatutos do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, e revogou a Portaria n.º 294/2016, de 11 de agosto;

Considerando que através da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, foi criada o Gabinete Jurídico, como unidade orgânica do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;

Considerando que as competências do Gabinete Jurídico, se encontram previstas no artigo 9.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro;

Considerando que, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, o Gabinete Jurídico, é dirigido por um diretor, cargo de direção intermédia de 2.º grau;

Considerando que o lugar de Diretor do Gabinete Jurídico, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, se encontra vago e nunca foi provido;

Considerando que é imprescindível garantir a gestão e a coordenação do Gabinete Jurídico, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, tornando-se necessário prover o respetivo titular;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, nos casos de criação de serviços, o primeiro provimento dos cargos de direção intermédia pode ser feito por escolha, de entre trabalhadores em funções públicas que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 desse artigo, em regime de comissão de serviço, por um ano;

Considerando que, nos termos do n.º 11 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, o provimento nos cargos de direção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Considerando que o licenciado em Direito, Duarte Filipe Silva Rodrigues, Técnico Superior do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, trabalhador em funções públicas contratado por tempo indeterminado, tem competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, tem mais de quatro anos de experiência profissional no desempenho de funções para cujo exercício ou provimento é exigível uma licenciatura, reunindo, por isso, todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, na redação em vigor;

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho;

DETERMINO:

- 1 - Designar, em regime de comissão de serviço, por um ano, para o cargo de Diretor do Gabinete Jurídico, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º e no artigo 9.º da Portaria n.º 6/2026, de 8 de janeiro, lugar vago e nunca provido, o licenciado em Direito, Duarte Filipe Silva Rodrigues, Técnico Superior, do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.
- 2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2026, inclusive.
- 3 - A nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Os encargos inerentes à presente designação encontram-se assegurados na Secretaria 43; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas: 01.01.03.A0; 01.01.11.A0; 01.01.13.A0; 01.02.14.B0; 01.01.14.SF.A0; 01.01.14.SN.A0 e 01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, aos 30 de janeiro de 2026.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Duarte Filipe Silva Rodrigues
Data de nascimento: 24/02/1993
Nacionalidade: Portuguesa

Habilidades académicas:

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, média final de 15 valores (2015);
- Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento em Direito da Água, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Frequência, 2016);
- Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Ambientais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, média final de 17 valores (2019);
- I Curso de Pós-Graduação de Direito do Clima, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nota final de 17 valores (2023);
- XIV Curso de Pós-Graduação - Contratação Pública, Centro de Estudos de Direito Público e Regulação - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (aguarda discussão do trabalho).

Experiência profissional:

- Técnico Superior afeto ao Gabinete de Apoio Jurídico do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM (desde junho de 2022);
- Técnico Superior afeto ao Gabinete Jurídico da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (Divisão de Contraordenações e Apoio Jurídico da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, dezembro de 2017 a maio de 2022);
- Estágio profissional no Gabinete de Apoio Jurídico do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM, ao abrigo do programa de estágios do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, nota final de 20 valores (fevereiro a outubro de 2017).

Formação académica e profissional relevante para as funções a desempenhar:

- Curso de Direito Regional, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2025);
- Conferência: “Revisão de Preços”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2023);

- Curso intensivo: “Lógica e Argumentação em contexto jurídico”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2023);
- Formação: “Normas de Proteção de Dados Pessoais - Aplicação prática (setor público)”, Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (2022);
- Curso de Formação Profissional: “Regime Geral das Contraordenações”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2021);
- Curso de Formação Profissional: “As medidas especiais e as alterações ao Código dos Contratos Públicos, Lei n.º 30/2021”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2021);
- Curso de Formação Profissional: “Regime da Contratação Pública”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2019);
- Curso de Formação Profissional: “Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e Sua Regulamentação”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2019);
- Curso: “UN CC: Learn Introductory E-course on Climate Change”, United Nations Institute for Training and Research (2019);
- Curso de Formação Profissional: “Código de Procedimento Administrativo”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2018);
- Curso de Formação Profissional: “Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da RAM”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2018);
- Curso de Formação Profissional: “O Regime Geral da Proteção de Dados (RGPD) na Administração Pública”, Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa (2018);
- Conferência: “O novo Regulamento de Proteção de Dados”, Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados (2018);
- Curso Breve de Especialização: “Direito do Ambiente e das Alterações Climáticas”, Jurisnova - Associação Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2018);
- Conferência: “Os animais no Direito”, Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados (2018);
- Conferência: “Gestão e rentabilização de bens públicos”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017);
- Conferência: “Direito da Energia: Eletricidade, gás, petróleo, biocombustíveis e renováveis”, Módulo I - Setor da eletricidade, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017);
- Conferência: “Prevenção da corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública”, ICJP - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e IBDA - Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, em colaboração com o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados (2017);
- Seminário: “Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual à Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto”, Jornal da Madeira (2017);
- Curso de Especialização: “Acesso à Informação Administrativa”, Módulo Informação de ambiente, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017);
- Workshop: “Contraordenações Urbanísticas”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016);
- I Curso Intensivo em Tecnologia, Automatização e Direito Administrativo Eletrónico, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- Curso: “Revisão do CPTA e do ETAF”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- Conferência: “O Ambiente e a Cidade”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- I Conferência de Lisboa de Direito da Energia: Estabilidade Regulatória, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- VII Seminário Internacional - Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- 1st International Conference on Redrafting Water Governance, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- III Curso: “Revisão do Código do Procedimento Administrativo”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- Jornadas de Direito Urbanístico e Ambiental, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015);
- Conferência: “A Trilogia de Aarhus: os direitos à informação, à participação e à justiça ambiental”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014);
- Curso Intensivo: “Responsabilidade Civil e Direitos de Personalidade”, Gabinete de Erasmus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014);
- Curso Intensivo: “Direitos de Personalidade”, Gabinete de Erasmus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013);
- Conferência: “Violação dos direitos humanos na Síria”, ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012).

Formação ministrada:

- Legislação das Áreas Protegidas, destinada ao Corpo de Vigilantes da Natureza e Corpo de Polícia Florestal, ambos da Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (2023);
- Legislação Ambiental, destinada aos trabalhadores da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (2021).

Publicações:

- Artigo - “O céu não é o limite... para os riscos tecnológicos - gestão dos riscos tecnológicos dos detritos espaciais” in Carla Amado Gomes (org.), Estudos sobre os riscos tecnológicos, ICJP/CIDP, Lisboa, 2017;
- Artigo - “Proteção ambiental das áreas globais comuns” in e-publica, Revista Eletrónica de Direito Público, ICJP/CIDP, Lisboa, vol. IV, n.º 2, dez. 2017.

Outros:

- Tutor da unidade curricular “Direito do Ambiente” de Licenciatura em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2015/2016);
- Certificado de Competências Pedagógicas, DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira (2018);
- Curso de Primeiros Socorros, Direcção do Internato Médico do Hospital Dr. Nélio Mendonça - Funchal (2013);
- Diploma “C.A.E.- Communication in Advanced English“, Cambridge School (2010);
- Voluntário na Associação dos Amigos dos Ecossistemas do Arquipélago da Madeira (anterior Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal, desde 2024).

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

DIREÇÃO REGIONAL DE JUVENTUDE

Despacho n.º 95/2026**Sumário:**

Dissolução da Associação de Jovens Empreendedores do Atlântico.

Texto:**Considerando que:**

- a) Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2008/M, de 18 de dezembro, compete ao organismo responsável pela juventude promover, gratuitamente, a publicação dos estatutos das associações juvenis, com sede na Região Autónoma da Madeira, junto com a ata da aprovação dos mesmos;
- b) A 12 de dezembro de 2025, foi deliberada a dissolução da Associação de Jovens Empreendedores do Atlântico, nos termos dos estatutos publicados no JORAM, II série, n.º 93 de 18/05/2022, através do Despacho n.º 191/2022, de 13/05/2022.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2008/M, de 18 de dezembro, é publicado o extrato da respetiva ata de dissolução, sendo que da parte omitida nada consta que altere, prejudique, modifique ou condicione a parte transcrita.

Funchal, 11 de fevereiro de 2026.

O DIRETOR REGIONAL DE JUVENTUDE, Carlos André Camacho Alves

Extrato da Ata número 12

“Aos doze dias do mês dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu-se por via online, através do programa de conferências Google Meet, a Assembleia Geral extraordinária da Associação de Jovens Empreendedores do Atlântico, NIPC 902 226 720, sob a presidência da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Érica Maria Alves Rosa, com a seguinte ordem trabalhos:

Ponto um: Deliberação sobre a dissolução da Associação, nos termos estatutários.

(...)

Ponto único. Deliberação sobre a dissolução da Associação: A Presidente procedeu à leitura da proposta de dissolução da Associação e esclareceu que a deliberação requer o voto favorável de três quartos do número total de associados com direito de voto, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, alínea b), dos Estatutos, correspondendo o limiar legal a 8 votos favoráveis.

Submetida a proposta a votação, apuraram-se os seguintes resultados:

Votos a favor: 8.

Votos contra: 0.

Abstenções: 0.

Atento o universo eleitoral de 10 associados com direito de voto e o limiar exigido de 8 votos favoráveis, a proposta foi aprovada. (...)

Não havendo mais assuntos a tratar e após todos os esclarecimentos solicitados terem sido devidamente prestados, a Presidente da Mesa da Assembleia encerrou a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e seis minutos.

Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral presentes.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Érica Maria Alves Rosa

O Secretario da Mesa da Assembleia Geral, João Francisco Natal Fernandes.”

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas.....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,65 (IVA incluído)